



II.10.9 PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS)

II.10.9.1 Apresentação e Justificativa

O **Projeto** de Comunicação Social (PCS) é um importante instrumento de viabilização do processo de implantação e gestão ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes e/ou de grande porte, pois, além de criar canais de diálogo entre o empreendedor e os diferentes atores sociais envolvidos, fornece suporte informativo e esclarecedor aos demais projetos e planos ambientais. O PCS busca, desta forma, que as ações referentes ao empreendimento ocorram de forma contextualizada e articulada.

Neste sentido, o PCS proposto se fundamenta por manter um canal de comunicação entre a operadora e os grupos de interesse antes, durante e depois da realização de suas atividades. Desta forma, visa divulgar informações qualificadas sobre as atividades realizadas em seus processos produtivos, direcionadas às comunidades identificadas como público-alvo e demais atores sociais, aqui entendidas como: comunidade em geral, população mais vulnerável às atividades do empreendimento, órgãos públicos, entidades não governamentais e demais organizações civis.

Neste contexto, o planejamento e a implementação de Projeto de Comunicação Social realizados de forma contextualizada à realidade do público-alvo garantem uma comunicação clara e objetiva que evita mal-entendidos e minimiza possíveis conflitos em função da ausência ou ineficiência de informações.

Este documento apresenta a **revisão 02** do Projeto de Comunicação Social a ser desenvolvido no âmbito do processo de licenciamento ambiental das atividades de perfuração marítima exploratória do Bloco FZA-M-59, de acordo com o Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 23/2014, e **adequações que a empresa entende necessárias para atendimento às demandas do processo de licenciamento.**

II.10.9.2 Objetivos, metas e indicadores

O objetivo geral deste Projeto de Comunicação Social é de esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo deste empreendimento sobre os aspectos relacionados às atividades de perfuração marítima exploratória, especificando o nome da empresa, da unidade de perfuração e das embarcações de apoio e suas respectivas funções, os equipamentos utilizados, área e período de atuação das atividades, destacando as medidas a serem adotadas para mitigar e controlar os perigos e os impactos efetivos e potenciais da atividade dentro do contexto do licenciamento ambiental.

Os objetivos específicos que fundamentam este PCS são:

- Criar uma identidade visual que relacione a operadora, a atividade e o PCS¹;

¹A Identidade visual é o conjunto de elementos que possibilita representar de forma visual e sistematizada, um nome, uma ideia, um programa, um empreendimento, uma empresa, ou serviço. Se expressa através de elementos simbólicos e conjunto de cores passando a proposta ou finalidade do que se quer apresentar.



- Atualizar as partes interessadas envolvidas com a atividade ao longo da implementação do projeto;
- Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas a partir da lista dos grupos de interesse identificados durante o diagnóstico, estabelecendo as inter-relações existentes (parcerias, cooperações e conflitos), conforme apresentado no **Anexo II.10.9.3.1**;
- Desenvolver e implementar diferentes instrumentos de divulgação presencial e eletrônico, a saber: boletins informativos impressos, reuniões (setoriais, informativas e semestrais²); abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel, contato direto; ráiodifusão e correio eletrônico;
- Informar a comunidade pesqueira sobre a área utilizada para a perfuração localizada no setor SFZA-AP1 da Bacia da Foz do Amazonas;
- Mapear, identificar e catalogar as informações referentes às embarcações pesqueiras atuantes na região do Bloco FZA-M-59, localizado no setor SFZA-AP1 da Bacia da Foz do Amazonas;
- Informar os pescadores sobre a previsão de indenização por eventuais danos causados a petrechos de pesca e a embarcações de pesca provocados pela atividade;
- Enviar boletim informativo – em meio digital ou impresso, às instituições representativas da pesca industrial dos municípios de Augusto Corrêa, Belém e Bragança³;
- Estabelecer, divulgar e manter um canal de comunicação direto entre a operadora e as partes interessadas;
- Avaliar a implementação do PCS.

As metas e indicadores relacionados aos objetivos específicos estão apresentados no Quadro II.10.9.2-1.

QUADRO II.10.9.2-1– Objetivos, metas e indicadores correlacionados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
Criar uma identidade visual que relacione o empreendimento, a atividade e o PCS.	Criar uma identidade visual que identifique o projeto antes do início do PCS.	Identidade visual criada.
Atualizar as partes interessadas envolvidas com a atividade ao longo da implementação do projeto.	Elaborar lista de partes interessadas da Área de Influência e atualizar antes da Audiência Pública e após cada reunião informativa.	Número de atualizações na lista de partes interessadas da Área de Influência.
	Elaborar lista de partes interessadas da Área de Estudo e atualizar antes da Audiência Pública e após cada reunião informativa.	Número de partes interessadas listadas em cada atualização.
		Número de atualizações na lista de partes interessadas da Área de Estudo.
		Número de partes interessadas listadas em cada atualização.
Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas estabelecendo as inter-relações existentes (parcerias, cooperações e conflitos).	Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas antes da realização da Audiência Pública e atualizar após cada reunião informativa.	Número de atualizações na Matriz de Partes Interessadas.

² As reuniões semestrais ocorrerão caso o cronograma ultrapasse 6 meses de atividade.

³ Caso os resultados do Programa de Monitoramento Ambiental (PMA) apontem a presença de pesca industrial de espinhel na área do bloco, será feita comunicação à COEXP/CGMAC/DILIC para implementação atividades específicas voltadas à pesca industrial de espinhel e seus representantes institucionais, conforme indicado neste Projeto.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
Desenvolver e implementar diferentes instrumentos de divulgação presencial e eletrônico, a saber: boletins informativos impressos, reuniões (setoriais, informativas e semestrais); abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel ⁴ ; contato direto; rádiodifusão e correio eletrônico	Realizar reuniões setoriais pré-audiência.	Número de reuniões setoriais realizadas.
		Número de participantes.
		Número de atas e listas de presença apresentadas ao IBAMA por reunião.
	Realizar reuniões informativas em até um mês antes do início e até um mês depois da finalização da atividade.	Data das reuniões informativas realizadas
		Número de participantes
	Elaborar e distribuir Boletins Informativos impressos para o grupo de interesse da Área de Influência.	Número de vias de cada versão do Boletim Informativo impresso e distribuído para o grupo de interesse da Área de Influência.
	Realizar abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel.	Número de abordagens diretas realizadas.
		Número de embarcações e pescadores abordados.
		Número de listas de identificação de embarcações e pescadores apresentadas ao IBAMA por campanha de abordagem direta.
Mapear, identificar e catalogar as informações referentes às embarcações pesqueiras atuantes na região do Bloco FZA-M-59.	Divulgar o conteúdo dos Boletins Informativos por correio eletrônico para o grupo de interesse ampliado (Área de Estudo).	Número de e-mails (correio eletrônico) enviados com o conteúdo dos Boletins Informativos para o grupo de interesse ampliado (Área de Estudo).
	Produzir e veicular spots de rádio para serem utilizados no rádiodifusão.	Número de spots de rádio veiculados, com comprovação.
Informar os pescadores sobre a previsão de indenização por eventuais danos causados a petrechos de pesca e a embarcações de pesca provocados pela atividade.	Realizar abordagens com as embarcações avistadas na região do Bloco FZA-M-59.	Número de abordagens realizadas.
		Porcentagem de embarcações avistadas abordadas.
	Comunicar os pescadores, sobre o tempo de andamento do processo de indenização pelos danos causados a petrechos e embarcações de pesca.	Porcentagem de abordagens onde a comunicação sobre indenizações foi realizada.
	Informar periodicamente (mínimo uma semana) como anda o processo indenizatório.	Registro de incidentes com embarcações e/ou petrechos de pesca.
		Número de informações dadas.
		Período médio de tempo de resposta às solicitações.

⁴ Caso os resultados do Programa de Monitoramento Ambiental (PMA) apontem a presença de pesca industrial de espinhel na área do bloco, será feita comunicação à COEXP/CGMAC/DILIC para implementação atividades específicas voltadas à pesca industrial de espinhel e seus representantes institucionais, conforme indicado neste Projeto.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
Estabelecer, divulgar e manter um canal de comunicação direto entre a operadora e as partes interessadas.	Instalar e divulgar uma linha telefônica gratuita (habilitada para receber chamadas a cobrar) e correio eletrônico antes da realização da primeira reunião pública.	Data de instalação e divulgação da linha telefônica gratuita e do correio eletrônico.
	Responder todas as solicitações realizadas pelos canais de comunicação.	Número de solicitações recebidas pelos canais de comunicação diretos.
		Percentual de solicitações respondidas.
Avaliar a implementação do PCS	Avaliar semestralmente as ações realizadas, o público atendido e as melhorias propostas.	Avaliações realizadas.

II.10.9.3 Público-alvo

O Projeto de Comunicação Social tem como público-alvo a comunidade de um modo geral e os grupos de interesse identificados na Área de Influência e atualizados ao longo da implementação do projeto, que representam os atores sociais, tais como: órgãos públicos, colônias e associações pesqueiras, instituições de meio ambiente e turismo, comunidade científica, setor empresarial, sociedade civil organizada entre outros. A listagem dos grupos de interesse da Área de Influência, identificados a partir das informações levantadas em atendimento ao item II.6 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico do Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas, está apresentada no Anexo II.10.9.3.1 deste PCS. Ressalta-se que a lista se encontra atualizada incluindo contatos obtidos durante a realização das reuniões setoriais e das audiências públicas, incorporando-se à lista do público alvo do PCS as entidades representativas da pesca industrial de espinhel dos municípios de Bragança, Belém e Augusto Corrêa.

Em atendimento ao TR, destaca-se que a ação de divulgação através de correio eletrônico, descrita adiante no subitem e) do item Metodologia, se estende aos atores sociais identificados na Área de Estudo. O Anexo II.10.9.3.2 apresenta a lista de contatos para correio eletrônico com um grupo de interesse ampliado, abrangendo a Área de Estudo. Ressalta-se que constam nesta lista somente aqueles que possuem correio eletrônico.

II.10.9.4 Metodologia e ações previstas

O Projeto de Comunicação Social prevê a utilização de instrumentos diversos de comunicação, sustentada por intermédio de mediadores tecnológicos, tais como internet, rádio, material impresso entre outros, além de reuniões informativas. A transparência informativa cria um ambiente de confiabilidade entre as partes, facilita o diálogo e minimiza possíveis conflitos. Salienta-se que esta metodologia considera as especificidades regionais e locais das comunidades, tais como: diferentes níveis de escolaridade, predomínio da comunicação oral e visual, grau de apropriação de mensagem, entre outros.



A seguir são detalhados os instrumentos de divulgação propostos, a saber: a) reuniões, b) boletins informativos impressos ou por correio eletrônico, c) abordagem direta as embarcações industriais de espinhel⁵, d) contato direto, e) radiodifusão, f) correio eletrônico.

a) Reuniões

Serão desenvolvidas reuniões com as partes interessadas com diferentes enfoques e periodicidades, a saber: I) Reuniões setoriais Pré-Audiência Pública; (II) Reuniões Informativas sobre o início e fim da atividade; e III) Reuniões semestrais, caso o cronograma ultrapasse 6 meses de atividades, para apresentação de resultados, as quais são apresentadas a seguir. Acrescenta-se que, no âmbito do processo de licenciamento, tais reuniões são estratégicas para estabelecer uma relação de confiabilidade e transparência entre as partes.

I) *Reuniões Setoriais Pré-Audiência Pública (Já realizadas)*

As Reuniões Setoriais serão promovidas antes da realização da Audiência Pública agrupando os interessados localizados na Área de Influência, conforme apresentado no item II.6 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico do Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas, a saber: Instituições Governamentais, Setor Empresarial, Organizações da Sociedade Civil ligadas ao meio ambiente, Organizações da Sociedade Civil ligadas à pesca e Instituições de pesquisa.

As reuniões de cada setor serão distribuídas por município, devido às questões logísticas que dificultam o transporte intermunicipal. Um meio de transporte será providenciado pela operadora quando houver partes interessadas convidadas situadas fora da localidade onde ocorrerá a reunião setorial. A mobilização das reuniões será feita por contato telefônico, correio eletrônico e através de lideranças locais, uma vez que nem todos os participantes possuem estes meios de comunicação formais. Além disso, os convites serão enviados às instituições pertencentes aos grupos de interesse enviado pelo correio com Aviso de Recebimento e/ou através de correio eletrônico com resposta padronizada assinada com confirmação de recebimento. Reitera-se, contudo, que a partir do diagnóstico socioeconômico realizado, identificou-se que em vários municípios a correspondência é entregue na agência de correio pela dificuldade de acesso a alguns lugares e comunidades. Entende-se que outras estratégias deverão ser implementadas, tais como a entrega do convite em mãos e a utilização de rádios locais. A depender do número de participantes, as reuniões setoriais poderão ter de três a uma hora de duração.

As reuniões setoriais serão conduzidas a partir de comunicação dialógica, quando será apresentado o processo de licenciamento ambiental da atividade exploratória, assim como, o empreendimento, suas atividades e medidas de mitigação e controle. Os canais de comunicação disponibilizados pela operadora também serão divulgados. As reuniões setoriais auxiliarão na identificação das expectativas em relação à operadora, à atividade e todo o processo de licenciamento ambiental e assim, viabilizarão a atualização da Matriz de Partes Interessadas. Para tanto, serão adotadas estratégias que permitam a troca de informação através de dinâmicas de grupo que criem um ambiente de acolhimento e comunicativo.

⁵ Caso os resultados do Programa de Monitoramento Ambiental (PMA) apontem a presença de pesca industrial de espinhel na área do bloco, será feita comunicação à COEXP/CGMAC/DILIC para implementação atividades específicas voltadas à pesca industrial de espinhel e seus representantes institucionais, conforme indicado neste Projeto.



As atividades estruturadoras previstas para a realização de cada Reunião Setorial são:

- Planejamento;
- Divulgação e Mobilização;
- Organização e implementação da reunião e;
- Avaliação da reunião.

Os locais de realização das reuniões setoriais serão pré-acordados com as lideranças locais. Devem ter infraestrutura adequada, tais como: mesas e cadeiras, pontos de energia, entre outros.

As Reuniões Setoriais da BP foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2016. Foram realizadas um total de 47 reuniões, atendendo 22 municípios (5 municípios no Estado do Amapá e 17 municípios no Estado do Pará), conforme relatório encaminhado à CGPEG via correspondência BP GWO-HSE-7-00, de janeiro de 2017.

II) Reuniões Informativas sobre o início e o fim da atividade

Duas reuniões informativas com os grupos de interesse da Área de Influência serão realizadas para fins de divulgação das informações referentes à atividade, sendo uma antes do início e outra ao fim da atividade. O objetivo destas reuniões é de apresentar as informações de forma clara e objetiva para todo o público interessado. Durante a primeira reunião, que será realizada em até um mês antes do início da atividade, serão apresentados: a descrição da atividade, os aspectos ambientais da Área de Influência, os impactos ambientais efetivos e potenciais, as medidas ambientais aplicáveis a estes impactos, orientações sobre a navegação segura na região da rota das embarcações e do bloco e a legislação relacionada à atividade, atualizados após a Audiência Pública e aos pareceres técnicos do IBAMA.

A segunda será realizada em até um mês após a finalização e desativação da atividade, quando serão apresentados os resultados da atividade e dos projetos e planos ambientais implementados. As perspectivas de continuação da atividade devem ser divulgadas, caso existam.

Estas reuniões serão realizadas através de visitas às partes interessadas de cada município, de forma a proporcionar uma interação direta da empresa com todos os públicos identificados.

Os locais das reuniões serão definidos a partir da identificação de espaços disponíveis, ou nas instituições a serem visitadas.

As ações previstas para a realização de cada Reunião Informativa são:

- Planejamento e agendamento prévio com instituições;
- Realização de visitas informativas com distribuição de material informativo;
- Avaliação da reunião.



III) *Reuniões Semestrais para apresentação dos resultados*

Serão realizadas reuniões semestrais com os grupos de interesse da Área de Influência, caso o cronograma ultrapasse 6 meses de atividades, onde serão apresentados os resultados dos projetos e planos ambientais desenvolvidos durante a atividade e as informações identificadas como mais importantes através dos questionamentos e solicitações recebidos pelos canais de comunicação diretos.

Estas reuniões serão realizadas através de visitas às partes interessadas de cada município, de forma a proporcionar uma interação direta da empresa com todos os públicos identificados.

Os locais das reuniões serão definidos a partir da identificação de espaços disponíveis, ou nas instituições a serem visitadas.

Atividades estruturadoras:

- Planejamento e agendamento prévio com instituições;
- Realização de visitas informativas com distribuição de material informativo;
- Avaliação da reunião.

Todas as reuniões serão documentadas através de atas ou relatoria lavrada em tempo real, a qual deverá ser assinada por representantes dos grupos de interesse, quando possível. Acrescenta-se enquanto evidência as listas de presença com nome, instituição, profissão, CPF e contato dos participantes. Todos os documentos serão encaminhados à COEXP/IBAMA.

Ao final de cada reunião, os participantes e/ou técnicos avaliarão a mesma, no intuito de identificar as melhorias a serem realizadas.

b) Boletins Informativos Impressos e/ou por correio eletrônico

Como estratégia de comunicação informativa, serão produzidos Boletins Informativos, utilizando a identidade visual criada para a implementação deste Projeto.

O formato do Boletim Informativo é de uma pequena revista, com apresentação de informações pertinentes com linguagem simples e de forma ilustrativa. A primeira versão conterá informações referentes à descrição da atividade, os aspectos ambientais da Área de Influência, impactos ambientais efetivos e potenciais, medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos, segurança na navegação e legislação relacionada. As demais versões seguirão o mesmo formato com a apresentação dos resultados dos projetos e planos ambientais desenvolvidos durante a atividade e as informações identificadas como mais importantes através dos questionamentos e solicitações recebidos pelos canais de comunicação diretos, além de incorporar eventuais alterações no estudo ambiental após a realização da Audiência Pública ou emissão da licença.



Serão enviadas cinco cópias para cada instituição. No caso das entidades de pesca, serão enviadas 10 cópias para cada, para que sejam fixados também nos pontos de desembarque pesqueiro e para disponibilidade aos pescadores. Cópias adicionais serão enviadas se solicitado por alguma instituição.

c) Abordagem direta às embarcações industriais de espinhel

Caso se configure a identificação da presença de embarcações atuneiras na área do bloco, será feita comunicação à COEXP/CGMAC/DILIC e se dará início às atividades voltadas à pesca industrial de espinhel e seus representantes institucionais nos Portos de Bragança, Augusto Corrêa e Belém, no estado do Pará. Serão realizadas abordagens e identificação de embarcações dedicadas à pesca com espinhel horizontal e/ou linha de mão, espinhel vertical e/ou covos nos portos das sedes municipais desses municípios.

Esta identificação será realizada no momento da abordagem pelo Técnico de Campo em ficha específica identificada pelo porto onde estará sendo realizada a abordagem. Nesta constarão informações sobre: i) embarcação: aparelho utilizado, origem, aqueação bruta, espécie alvo, número de tripulantes, inscrição na marinha e RGP; e ii) identificação da tripulação: nome, posto, origem, especialidade de pesca, regime de trabalho.

Quanto ao envio de material informativo, vale ratificar que as instituições dos grupos de interesse da atividade dos municípios da Área de Estudo serão contempladas com o boletim informativo do PCS por meio de correio eletrônico, conforme solicitado no Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 23/14. No caso das instituições de pesca industrial de espinhel dos municípios de Augusto Corrêa e Bragança, na eventualidade de não identificação de endereço eletrônico no momento da campanha de divulgação, boletins informativos impressos serão enviados pelos correios para conhecimento das instituições destas localidades (10 cópias para cada). Caso ainda ocorra demanda das instituições de pesca industrial após o envio do boletim informativo (correio eletrônico ou impressos), ou mesmo, por meio dos canais de comunicação, será considerada a realização de visita às instituições representativas das frotas de pesca industrial nestes municípios. Essas visitas objetivam fornecer todas as informações necessárias para alertá-los sobre os riscos associados a atividade e a pescaria de plataforma, que neste caso, seria configurada como uma pescaria de oportunidade.

O momento do ano para a realização das abordagens foi definido considerando a abertura e encerramento das pescarias de espinhel vertical e/ou covos e o período de safra dos recursos explorados pelas frotas de espinhel horizontal e/ou linha de mão, a saber: espinhel horizontal e/ou linha de mão ocorrendo de novembro a maio; e espinhel vertical e/ou covos ocorrendo de maio a dezembro. As abordagens serão realizadas paralelamente as reuniões informativas de início e término da atividade.

d) Contato direto

Canais de comunicação diretos serão estabelecidos para garantir o atendimento ao público, incluindo dúvidas, reclamações, sugestões, entre outros. Também servirão para receber os eventuais pedidos de indenização e encaminhamento de documentação dos pescadores, por exemplo. Estes canais consistem em uma linha telefônica (para discagem direta gratuita ou habilitada para receber chamadas a cobrar) e correio eletrônico que serão divulgados no material impresso e durante as reuniões.



Todos os contatos recebidos pelos canais serão registrados em ficha de atendimento padrão e repassados ao responsável por responder. Estas serão registradas na mesma ficha e encaminhadas pelo meio de comunicação escolhido pela pessoa que realizou o contato. Uma análise das comunicações realizadas será feita com frequência mínima de quatro meses para garantir a melhoria da comunicação.

O contato direto com as embarcações pesqueiras está apresentado no item g) Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira, adiante.

e) Radio-difusão

A comunicação via rádio é uma importante ferramenta de divulgação a ser utilizada de forma diferente ao longo da implementação do PCS.

As rádios de abrangência local identificadas no diagnóstico do meio socioeconômico serão utilizadas para a divulgação de local, data e hora das audiências públicas, sendo veiculados *spots* diários durante uma semana antes da data das audiências em horários alternados. Sugere-se que não seja utilizada rádio-difusão para divulgação das demais reuniões para o convite ser focado nas partes interessadas objeto dos encontros.

As rádios ouvidas pelos pescadores serão utilizadas para comunicados específicos sobre os períodos de execução da atividade e as restrições a outras atividades, especificando a área desta restrição. Como o público-alvo deste comunicado são os pescadores e demais usuários do espaço marinho, os *spots* deverão ser veiculados nos horários de maior audiência deste público.

Caso seja necessário realizar um comunicado para a população em geral sobre a atividade, deverão ser utilizadas todas as rádios identificadas, no intuito de alcançar a maior parcela da população local.

f) Lista de contatos para correio eletrônico

No intuito de alcançar um grupo de interesse ampliado, será utilizada uma lista de contatos de correio eletrônico que abrange as partes interessadas identificadas em toda a Área de Estudo. Contudo, segundo o diagnóstico socioeconômico, a maior parte das entidades identificadas não possui correio eletrônico, não sendo utilizado este meio de comunicação com frequência. Desta forma, entende-se que esta comunicação será direcionada às entidades formais existentes, que possuam e costumam utilizar correio eletrônico.

Esta lista será utilizada para envio do conteúdo do Boletim Informativo em formato digital, assim atingindo toda a região estudada.

O **Anexo II.10.9.3.2** apresenta a lista de contatos para correio eletrônico. Esta deverá ser atualizada após cada reunião, com a inclusão ou exclusão de contatos devidamente documentada e notificada ao **COEXP/CGMAC/DILIC**.



g) Projeto de Monitoramento da Atividade Pesca

O Projeto de Monitoramento da Atividade Pesca é uma ação do PCS direcionada especificamente aos pescadores, onde através do contato direto com a embarcação pesqueira, serão levantadas as informações pertinentes sobre a atividade pesqueira realizada na região dos blocos da atividade de perfuração.

Os observadores de bordo a serviço do Projeto de Monitoramento a partir da Unidade de Perfuração (PM-UMP) ficarão responsáveis por avistar e avisar ao responsável pelo contato com as embarcações de pesca, caso essas se aproximem da Unidade de Perfuração. Rádio ou megafone serão utilizados para realizar o contato com a embarcação pesqueira, quando o responsável fará perguntas a quem atender a chamada, seguindo a *Ficha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras* apresentada no Anexo II.10.9.4-3. Esta foi elaborada com base na ficha disponível no site do IBAMA, tendo sido adequada de forma a atender aos requisitos do TR. Essa abordagem visa também alertar os pescadores sobre as restrições a outras atividades na região e passar as informações sobre os cuidados para a navegação no entorno da unidade de perfuração e o período de tempo no qual a atividade pesqueira não poderá ali ocorrer.

Apesar de o TR orientar que o contato seja feito por uma pessoa a bordo de cada embarcação de apoio, com base na experiência em atividades desta natureza, em que as tripulações das embarcações de apoio são substituídas com frequência, sugere-se que a comunicação seja feita por membro da tripulação da unidade de perfuração para garantir a qualidade da comunicação e a continuidade do projeto.

Estes profissionais deverão ter boa comunicação em português e experiência com pesca, para facilitar a comunicação com os pescadores. Cada um passará obrigatoriamente por uma capacitação ministrada pela equipe de comunicação social para garantir a eficaz passagem e levantamento das informações.

De acordo com o Termo de Referência, as informações levantadas serão organizadas em um banco de dados, com acesso aberto, que será padronizado em conjunto com a COEXP/CGMAC/DILIC e em mapas com as informações georreferenciadas, quando possível.

Em cada abordagem realizada, os procedimentos de indenização para danos causados a embarcações de pesca e a petrechos de pesca devido à atividade de perfuração serão informados. Caso ocorra algum incidente envolvendo os petrechos ou as embarcações, o profissional responsável pela comunicação com as embarcações de pesca fará o registro do ocorrido, incluindo as informações exigidas pela operadora para dar início ao processo de requerimento de possíveis danos. O processo será acompanhado pelo PCS através dos canais de comunicação diretos (telefone e e-mail), onde serão recebidos os pedidos formais, os documentos necessários.

II.10.9.5 Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos

O PCS baseia-se na Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 e na NBR ISO 14.001 (1996), que dispõe sobre a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política



Nacional do Meio Ambiente. De acordo com esses fundamentos, todo o trabalho de comunicação deverá adotar as seguintes premissas:

- Todo e qualquer cidadão deve ter acesso à informação e o direito de emitir opiniões sobre o empreendimento, individualmente ou através das diversas formas de associação e representação coletiva previstas em Lei;
- Toda e qualquer informação disponibilizada sobre o projeto deve ser clara, objetiva, inteligível, verdadeira e de fácil acesso para qualquer segmento da sociedade;
- Todo e qualquer canal de comunicação deve prever as formas para coleta e encaminhamento da opinião dos diversos segmentos da sociedade, sejam eles diretos ou indiretos, de acordo com as necessidades específicas dos públicos de relacionamento e garantir o adequado retorno às partes interessadas;
- O fluxo de comunicação deve ser registrado e estar documentalmente disponível para consultas a qualquer tempo, presente ou futuro.

O projeto está em consonância com a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, art. 225 e atende ao Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 23/2014.

II.10.9.6 Inter-relação com outros Projetos

O PCS se relaciona com os seguintes projetos ambientais, por possuírem interação com as partes interessadas: Projeto de Controle da Poluição (PCP); Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT).

Adicionalmente, no âmbito do Programa de Monitoramento Ambiental (PMA), os observadores de bordo a serviço do Projeto de Monitoramento e do Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) a partir da Unidade Marítima de Perfuração (PM-UMP) deverão avistar e avisar ao responsável pelo contato com as embarcações de pesca caso estas se aproximem da Unidade de Perfuração (entorno de 500m). Além disso, esses mesmos observadores, assim como aqueles a serviço do Projeto de Observação e Monitoramento a partir do Barco de Apoio (POMBA) e do Projeto de Monitoramento Integrado Dedicado (PMID) serão responsáveis por avistar e avisar ao responsável pelo contato com embarcações de pesca no caso de serem necessárias ações para prevenção ao abalroamento e/ou para tomar as medidas necessárias caso ocorram quaisquer incidentes de abalroamento que envolvam embarcações ou petrechos de pesca, procedendo também aos registros necessários.

Por fim, o PCS deverá receber/buscar informações pertinentes de todos os projetos ambientais para serem divulgadas ao longo da sua implementação.

II.10.9.7 Responsável pela Implementação do Programa

O responsável legal pela implementação do Projeto de Comunicação Social é a operadora.

II.10.9.8 Sistemas de Registros



Os registros de implantação do Projeto de Comunicação e Social serão relatórios semestrais de avaliação e acompanhamento e um Relatório Consolidado Final. Os relatórios deverão conter os seguintes itens comprobatórios de atividades realizadas:

- Avisos de Recebimento dos convites enviados;
- Atas de reunião;
- Listas de presença de reuniões;
- Fichas de atendimento;
- Registro Fotográfico de reuniões;
- Material informativo e de divulgação;
- Planilhas de distribuição de material informativo e divulgação, com quantidade e público-alvo atendido;
- Registros de controle de avistamento e abordagem das embarcações pesqueiras.

II.10.9.9. Cronograma Físico (referência – período de perfuração)

Os Quadros II.10.9.9 e II.10.9.10 apresentam os cronogramas físicos do PCS atualizados.



ATIVIDADE	2016			2017												2018
	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1
Elaboração e atualização das listas de Partes Interessadas																
Detalhamento e atualização da Matriz de Partes Interessadas																
Reuniões setoriais Pré-Audiência Pública																
Relatório das Reuniões Setoriais																
Audiências Públicas																
Relatório das Audiências Públicas																
Instalação e manutenção dos Canais de Comunicação																
Criação da Identidade Visual																
OBS.: O cronograma se inicia a partir da primeira ação realizada pelo Projeto de Comunicação Social no processo de licenciamento ambiental do Bloco FZA-M-59.																



ATIVIDADE	2018			2019												2020			
	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4
												Perfuração do poço Morpho							
Detalhamento do PCS																			
Elaboração dos materiais comunicativos																			
Manutenção e atendimento aos canais de comunicação																			
Abordagem e comunicação com embarcações pesqueiras																			
Reuniões Informativas sobre o início da atividade																			
Reuniões Informativas sobre o fim da atividade																			
Reuniões Semestrais*																			
Relatório Final PCS																			
OBS.: O cronograma se inicia a partir da primeira ação realizada pelo Projeto de Comunicação Social no processo de licenciamento ambiental do Bloco FZA-M-59.																			
*As reuniões semestrais ocorrerão caso o cronograma ultrapasse 6 meses de atividade.																			



ANEXO II.10.9.3.1

PARTES INTERESSADAS



ANEXO II.10.9.3.2

CONTATOS PARA CORREIO ELETÔNICO